

Mulheres jornalistas e as desigualdades de gênero – século XIX, Rio de Janeiro

Women journalists and gender inequalities – 19th century, Rio de Janeiro

Cristiane de Paula Ribeiro*

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil

Recebido em: 10 jul. 2023.
Aprovado em: 06 nov. 2023.
Publicado em: 29 dez. 2023.



O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

* Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. (crisdepaularibeiro@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-5177-2807>

 <http://lattes.cnpq.br/3535043065515166>

Resumo

O trabalho aborda a discussão sobre as desigualdades de gênero na progressão da profissão de jornalista, uma palavra substantiva que por muito tempo contemplou apenas o gênero masculino. A partir de algumas trajetórias de jornalistas, tais quais Joana Manso e Violante A. X. Bivar e Vellasco (*Jornal das Senhoras*), Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (*Bello Sexo*), Francisca Senhorinha da Mota Diniz (*O Sexo Feminino*), Amélia Carolina da Silva Couto (*Echo das Damas*), Josephina Álvares de Azevedo (*A Família*) e Corina Coaracy, buscamos interligar os pontos que levaram a uma evolução dentro da profissão. Analisaremos as estratégias e os caminhos percorridos por elas, junto as formas e as negociações travadas na busca pela legitimação de seus trabalhos. Essas mulheres, ao adentrarem gradualmente na imprensa, construíram uma consciência sobre suas aptidões profissionais para o exercício do trabalho em meados do século XIX no Brasil, aqui especialmente no Rio de Janeiro, e conseguiram com isso reivindicar a designação profissional dentro da categoria.

Palavras-chave: Mulheres Jornalistas. Profissionalização. Desigualdade de Gênero.

Abstract

The work addresses the discussion about gender inequalities in the evolution of the journalist profession, a noun word that for a long time contemplated only the male gender. From some trajectories of women journalists, we seek to interconnect the points that led to an evolution within the profession, analyzing the strategies and the paths traveled, along with the forms and negotiations waged in the search for the legitimation of their work. These women, as they gradually entered the press, built an awareness of their professional aptitudes for the exercise of work in the mid-nineteenth century in Brazil, here especially in Rio de Janeiro, and managed to claim the professional designation within the category.

Keywords: Women Journalists. Professionalization. Gender Inequality.

Introdução

Figura 1 – “*Les Femmes de l’avenir*”.



Fonte: *Les femmes de l'avenir*. 16, Journaliste: [carte postale] 1ª impr. photomé. (carte postale): photo, n. et b., légende rouge; 9 x 14 cm [S.l.]: [éditeur inconnu], 1902? 1 élément(s) numérisé(s)]. Bibliothèque Patrimoniales, Paris.

Atualmente basta ligar a televisão, o rádio, checar os *sites* ou *podcasts* de notícias para se constatar que as mulheres são maioria nas redações dos jornais e demais veículos de mídia espalhados pelo Brasil. Mas nem sempre foi assim. A imagem que dá início a nossa discussão foi produzida em 1902, na França, como resultado de uma série de cartões postais intitulado

“*les femmes de l’avenir*”.¹ Albert Bergeret, o artista responsável, representou uma série de mulheres em profissões que ele julgou inexistentes, indicando certa previsão quanto ao futuro do novo século que se iniciava. A jornalista, então, despontava como uma personagem futurista e os trajes representados chamam atenção, em que entrevemos o chapéu, a vestimenta, a bengala, junto ao papel e a caneta em mãos, simulacros de trajes masculinos característicos do ofício. Talvez Bergeret não soubesse, ou fingia não saber, mas ao longo de todo o século antecedente, o XIX, e até mesmo no XVII e XVIII (CF.: Berracosa, 2019), mulheres ocuparam de diversas maneiras a imprensa, inclusive em seu país de origem, em que nomes como George Sand e Delphine de Girardin obtiveram sucesso nas páginas impressas e no espaço público, inclusive ao receberem remuneração pelo ofício.

A jornalista da imagem traz consigo uma série de características que devem ser elencadas relacionadas as mudanças na profissão a partir do acesso feminino. O transitar pelas ruas sem horário pré-estabelecido, as jornadas exaustivas de investigação, o contato com o desconhecido, as intercorrências comuns do dia a dia, tudo isso dificultou o acesso de mulheres na linha de frente do universo jornalístico, restando muitas vezes a elas assuntos considerados “fúteis”, como a escrita de romances morais, receitas, modas e conselhos maternais. O argumento utilizado foi o de que elas eram incapazes ao cumprimento das funções colocadas, consideradas públicas e perigosas, além das triplas jornadas exercidas, como o cuidado, as tarefas domésticas e as produções intelectuais.

A construção dos papéis de gênero inerentes a feminilidade e a masculinidade se deram de maneira deliberada ao longo da História. O binarismo de sexo contribuiu para que as mulheres fossem consideradas inferiores aos homens, sobretudo devido à reprodução que, segundo o imaginário patriarcal, impactava no intelecto e nas aptidões sociais femininas (Cf.: Lerner, 2019). Segundo Eileen Boris (2014), as atividades realizadas no âmbito do lar foram e são centrais para a organização dos mundos do trabalho, em que o culto da domesticidade pregado durante o século XIX se ressignificou. Diante disso, “as características das trabalhadoras definem as qualificações e o valor do trabalho” (*Ibidem*, p. 104), uma vez que muitas, ao saírem para suas ocupações profissionais, deixavam outras no exercício das atividades relacionadas ao cuidado, sendo estas majoritariamente pertencentes a classes mais pobres, racializadas e por décadas desprovidas de amparo legal em seus direitos.

Além disso, devido ao conceito de profissão ter sido construído e constituído como monopólio masculino, era inimaginável a ideia de mulheres ocupando efetivamente esse espaço em meados do século XIX. Na verdade, desde sempre elas foram excluídas dos mundos do trabalho por uma construção de gênero que as consideravam inferiores e não aptas ao exercício das muitas funções públicas, já que pelas hierarquias delimitadas deveriam ser apenas boas esposas e mães, nada além. Assim, os encargos inerentes ao exercício profissional do jornalismo

¹ Tradução “As mulheres do futuro”. Dentre as profissões podemos encontrar mulheres como bombeiras, general, estudante, cocheira, mestre de armas, artista, advogada, médicas, política e outras. Para ter acesso a todos os cartões postais dessa coleção, ver *Fantaisies Bergeret* (Disponível em: http://fantaisiesbergeret.free.fr/series_de_20_cartes.htm. Acesso em: 19 maio 2023).

ficaram sob a incumbência masculina. Os homens foram os responsáveis pela produção intelectual, pela busca da notícia diária e pela direção gráfica dos veículos impressos, contribuindo para a construção de uma História que marginalizou mulheres ao narrar percursos profissionais. Tal fato levou a produções como a série de cartões postais de 1902, em que artistas e literatos masculinos viam “a mulher profissional como uma entidade imprecisa, um paradoxo, um borrão” (Smith, 2003, p. 413).

Avançando cronologicamente, em 1928, ocasião que Virgínia Woolf publicava *Um teto todo seu [A Room of One's Own]*, as mulheres não haviam alcançado muito no quesito escrita. A autora continuava questionando as condições básicas para ser escritora. Ao falar sobre a imprensa, em específico, Woolf apontou que:

O cliente anterior tinha deixado a edição daquele dia do jornal vespertino sobre a cadeira e, esperando para ser servida, eu passei a ler as manchetes distraidamente. Uma faixa com letras muito grandes ocupava toda a página. Alguém tinha feito algo muito importante na África do Sul. [...] O tempo ia ficar nevoento. Mesmo o visitante mais transitório deste planeta, pensei, apanhasse este jornal não conseguiria deixar de notar, mesmo a partir desses testemunhos dispersos, que a Inglaterra está sob as regras de um patriarcado. Ninguém em seu juízo perfeito conseguiria ignorar a predominância do professor. Dele eram o poder e o dinheiro e a influência. Ele era o dono do jornal e seu editor e subeditor. (2014, p. 53-54).

O descontentamento traz características centrais da imprensa. Woolf criticou de modo enfático a criação do conteúdo jornalístico como exclusivamente masculino, um espaço que era regido pelas normas patriarcais que delegavam aos homens certos privilégios. Apesar de seu texto falar especificamente sobre ficção, ele possibilita refletirmos sobre o jornalismo, uma vez que no contexto do XIX não havia distinção clara entre jornalista e escritora, e muitas vezes mulheres transitavam em ambos os espaços. Para Marie-Eve Thérenty (2019, p. 27), “O dilema da mulher jornalista é ainda mais complexo do que o da simples mulher de letras”,² isso porque a ideia de jornalismo que conhecemos hoje só se estabeleceu nas décadas finais desse século, especialmente devido a criação das sociedades anônimas de empresas jornalísticas. No Brasil, por exemplo, é raro encontrarmos indícios daquelas que conseguiram viver apenas de suas produções, sobretudo ao fato que necessitaram se adequarem aos padrões e as normas vigentes institucionalizadas sobre o patriarcado.

Com efeito, a pesquisa procura analisar as raízes de um problema identificado em meados do século XIX, que está relacionado a ideia de progressão feminina dentro do jornalismo, exigindo a compreensão do aumento do peso relativo ao sexo feminino na composição da profissão. Interessa-nos buscar as explicações em torno das razões que permitiram o acesso feminino e quais foram as novas hierarquias de gênero criadas com o objetivo de delimitar e, também, perpetuar o lugar masculino como detentor da profissão. No período proposto, meados de 1850 até 1890, um grupo de mulheres iniciou-se no jornalismo no Rio de Janeiro assumindo

² No original: “*car le dilemme de la femme journaliste est encore plus complexe que celui de la simple femme de lettres*”. Tradução nossa.

o papel de responsáveis pela produção intelectual e gráfica de seus jornais. As mulheres reivindicaram o acesso ao jornalismo de maneiras distintas, ocupando, inicialmente, lugares não reconhecidos, recebendo remuneração inferior, quando recebiam, e enfrentando obstáculos que são explicados por uma questão de gênero.

Aqui, em específico, queremos compreender os caminhos traçados pelas jornalistas ao longo do Oitocentos. Essas mulheres necessitaram seguir rumos opostos aos de seus pares masculinos, algumas vezes renunciando aos seus ideais, sobretudo quando fossem mães, outras inserindo-se em redes que seus trabalhos eram vilipendiados como inferiores a produção hegemônica, considerada séria e profissional. Por isso, defendemos que o acesso profissional feminino no jornalismo ainda que seja uma conquista, não é igualitária (Cf.: Perrot, 1987). Isso porque, assim como em outras esferas, a entrada de mulheres nas profissões criou outras hierarquias da diferença.

A metodologia proposta seguiu caminhos diversos. Partindo das contribuições fomentadas pelo campo da História da Imprensa, e imbuída pelos estudos da crítica feminista, trabalhamos com a escrita de uma história da imprensa diferente da que se conhece, com foco nas trajetórias das sujeitas que ocuparam os jornais e nas condições materiais que possibilitaram o acesso. Isso não quer dizer que desconsideramos os jornais; pelo contrário, é a partir deles que essas questões se tornam possíveis. Para tanto, foi importante arquitetar relações pessoais e profissionais, investigar os espaços que frequentaram, o porquê de frequentarem, bem como diversas outras questões que são fundamentais para a compreensão de suas práticas profissionais, e que só podemos abordar através da mesclagem de fontes. Apesar das inúmeras particularidades de suas vidas, tais práticas possuíam também muitas similaridades, ainda mais sabendo que a atividade da grande maioria surgiu em um momento em que as reivindicações por seus direitos começavam a se materializar na imprensa.

A investigação perpassou por séries documentais e arquivos variados, que permitiram encontrar informações importantes sobre aquelas que transitaram pelo jornalismo em um período de intensas transformações na conformação de práticas. Nesse ponto, a metodologia proposta por Carlo Ginzburg de busca nominal através de múltiplas séries documentais (Cf.: Ginzburg; Poni, 1989) de fato revelou-se uma “bússola preciosa”, movida por um “paradigma indiciário” que postula que, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177). Diante disso, resta entender, a partir das trajetórias pesquisadas, quais foram os mecanismos que permitiram que as mulheres jornalistas atuassem na imprensa com claras aspirações de profissionalização para viverem do que escreviam.

As fontes utilizadas foram majoritariamente os jornais, nomeadamente *Jornal das Senhoras*, *Bello Sexo*, *O Domingo*, *O Sexo Feminino*, *Echo das Damas*, *A Família*, *Folha Nova*, *Cidade do Rio* e *O Paiz*. Mas não apenas. Para uma análise que conseguisse dar uma densidade analítica a proposta de pensar a profissionalização, fomos atrás da documentação da Junta Comercial, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Nesta, encontramos empresas de modas tendo

como proprietárias mulheres e o processo de criação da Companhia Imprensa Familiar, a primeira sociedade anônima jornalística de mulheres. Também utilizamos das correspondências pessoais trocadas por Corina Coaracy com nomes da imprensa, o seu diário pessoal, manuscritos com rascunhos de suas produções, recibos de trabalho e outros documentos que se encontram no seu inventário pessoal, guardado na Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro. Ao encontrarmos tantas mulheres nas fontes, a pesquisa histórica que desenvolvemos foi resultado de um alinhavado de retalhos e de muitas possibilidades.

Quem foram as mulheres jornalistas do século XIX?

Diferentemente da imagem que abre nossa discussão, as jornalistas que transitaram no Brasil em meados do século XIX não se pareciam em nada com a ilustração apresentada, muitas nem se designavam como tal. Pelo contrário, elas foram mulheres que se vestiam com trajes comuns às senhoras de classes média e aristocrática – vestidos rodados em rendas aos moldes franceses e desconfortáveis em sua grande maioria. A possibilidade de trajarem calças, gravatas e camisas largas era quase inexistente. O masculinizar-se nos trajes carregava consigo uma estratégia utilizada por muitas na busca de legitimação ao se colocarem no espaço público, especialmente dentro das profissões, e só se tornou mais recorrente nas décadas finais desse século. Segundo Guillaume Pinson (2009), foi no início do século XX que se tornou comum na imprensa uma representação da “mulher masculinizada”, devido a uma preocupação com os novos comportamentos sociais relacionados a emancipação feminina e a sua profissionalização, inclusive no jornalismo, o que ficou caracterizado como “o fim de um sexo”.

A escrita jornalística no século XIX consolidou-se na figura masculina – homens de letras, muitos vinculados a política. De acordo com Tânia Regina de Luca (2014, p. 124), “a relação entre literatura e imprensa constitui-se num testemunho importante na medida em que oferece indícios sobre como os próprios escritores (e as poucas escritoras) percebiam e vivenciavam os impasses da nova condição social”, possibilitando novas formas de compreender o contexto, a narração e a subjetividade de seus autores (as). Tânia de Luca ainda aponta a imprensa como meio para a aplicação de conceitos como lugares, redes de sociabilidades, geração e cultura política, para assim compreender melhor as formas de organização e ação dos e das intelectuais. Os homens não só se atribuíram a propriedade da profissão, como consolidaram a prática cotidiana no exercício das funções. O jornalismo feminino inaugurado em meados do século XIX consolidou as ambições literárias de mulheres associado as suas reivindicações por emancipação. E, como veremos, se transformou na medida que novas demandas surgiram, relacionadas sobretudo a construção de uma identidade laboral que buscava também o retorno financeiro.

Ao ocuparem a imprensa em meados da década de 1850, ocasião do lançamento do *Jornal das Senhoras*, mulheres como as redatoras Joana Manso e Violante Atabalipa pautaram a emancipação educacional, mas sobretudo utilizaram das modas como o motor de venda do

jornal. As publicações trouxeram crônicas mundanas sobre óperas e salões, em que se comentavam sobre a elegância nos trajés, as tendências adotadas na ocasião e fatos com o intuito de fazer com que as leitoras imaginassem aquela realidade. Além da publicação de imagens com as principais roupas e acessórios adotados na França e publicadas de maneira inédita no Brasil, por um acordo feito com o *Moniteur de la Mode*. O jornal era descrito como “o primeiro dos mais bem conceituados jornais de moda de Paris” (*Jornal das Senhoras*, n. 13, 27 mar. 1853), indicando também a circulação dessas ideias em um âmbito internacional.

Joana Manso foi uma argentina que chegou ao Brasil por conta da ditadura de Juan Manuel Rosas, inaugurando o *Jornal das Senhoras* no Rio de Janeiro, em 1852. Transitou entre o magistério, a tradução e a publicação literária, contribuindo sobremaneira para o debate sobre emancipação feminina. Casou-se com o português Francisco Sá Noronha e juntos tiveram duas filhas. O casamento não deu certo e, em 1853, se separaram. Junto a isso, após as dificuldades com a circulação do jornal e os problemas pessoais relacionados a seu matrimônio, Joana Manso foi recusada na Faculdade de Medicina, retornando assim para Buenos Aires (Cf.: Lobo, 2009).

Ainda que tenha rompido barreiras de gênero ao ocupar a imprensa e buscar o acesso a profissões consideradas masculinas, Joana Manso foi mãe e teve que lidar com as adversidades inerentes ao cuidado, causando empecilhos a qualquer progressão na carreira. O fato de ter se divorciado é outro ponto importante sobre quem foram as mulheres que ocuparam esse espaço e que conseguiram a dedicação necessária para o trabalho empreendido no Brasil.

Após o retorno de Manso para a Argentina, Violante assumiu a redação do *Jornal das Senhoras*, contribuindo para que a folha não encerrasse as atividades. Filha de pais da elite baiana, desde cedo pôde contar com uma educação que prezasse pelo florescimento intelectual, acessando espaços como teatros, círculos políticos e a própria imprensa. Apenas em 1845, aos 28 anos, ela se casou com um funcionário da marinha, João Antônio Boaventura Vellasco, de quem temos poucas informações — apenas de que veio a óbito alguns anos depois, em 1851, com 33 anos. A jovem viúva, “desde então, retirada no seio da família só se consolava com o amor dos parentes e com o cultivo das letras” (Macedo, 1876, p. 104). Apenas ao se tornar viúva, aos 34 anos, Violante ocupou a imprensa como redatora, e utilizou-se dessa posição para alcançar mobilidade e status sem qualquer tutela masculina - nem pai, nem marido.

É interessante destacar que ela jamais se casou novamente. O matrimônio foi considerado para muitas mulheres uma tutela ao poder masculino, dificultando qualquer acesso a espaços sem o aval de um homem, o que fez com que muitas só alcançassem independência com a morte de seus maridos. Com a viuvez, Violante Atabalipa voltou-se para o trabalho com a imprensa e, nesse universo, conheceu o livreiro Bernardo Xavier Pinto de Souza, com quem teve dois filhos.³ A relação jamais foi comentada publicamente, bem como os endereços de

³ Ao longo das pesquisas desenvolvidas no âmbito do doutoramento descobrimos dados jamais descobertos sobre a trajetória de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, considerada para muitos a primeira jornalista brasileira, isso levando em consideração que Joana Manso era argentina. A descoberta surgiu após inúmeras pesquisas nas fontes, que traziam anúncios de missas solicitadas por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco pelo falecimento de sua filha. Bernardo Xavier Pinto de Souza foi um livreiro

moradas de ambos eram diferentes ao longo de sua vida. Talvez as explicações para isso estejam associadas a suas escolhas profissionais, em que atuava incansavelmente nas labutas com a direção, a produção e a circulação do *Jornal das Senhoras*.

O segundo jornal redigido por Violante A. Ximenes de Bivar e Vellasco foi *O Domingo*, inaugurado em 23 de novembro de 1873. Diferentemente do *Jornal das Senhoras*, o novo negócio trazia um título que dissociava expressões femininas como “belo sexo”, “damas” e “senhoras”, talvez numa tática para atrair mais leitores para a folha, buscando uma identificação com a imprensa comum. Um indício que possa confirmar isso é o não direcionamento das publicações para as modas. Ao não eleger esse tema como motor das publicações, a jornalista clamava pelo desenvolvimento intelectual das faculdades femininas, buscando ser lida em vários espaços.

Bem quisera continuar a escrever, porque só quando escrevo a mulher é que reputo verdadeira, a frase que por aí anda nessas publicações de moda – os jornais – que a missão do escritor é sublime. Sublime, e bem sublime é ela, mas é que, infelizmente, esses mesmos que apregoam e a miúdo esta verdade eterna, são os que a olvidam mais vezes (*O Domingo*, n. 4, 14 dez. 1873).

Violante transitou pelos mais distintos espaços intelectuais, sendo a única mulher a alcançar o posto de sócia honorária da instituição do Conservatório Dramático Brasileiro, trabalhando algumas vezes como censora, um cargo exclusivamente masculino. A possibilidade foi nula para outras, o seu acesso provavelmente só foi possível devido a função da presidência ter sido assumida pelo seu pai. A realidade sobre a sua imagem não era como a da jornalista ilustrada por Bergeret, pelo contrário, seus traços tinham características comuns as mulheres de sua classe social e idade, como podemos observar na Figura 2.

português que veio para o Brasil para trabalhar inicialmente em Minas Gerais, transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro.

Figura 2 – Retrato de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco.



Fonte: *A Gazeta*, São Paulo, ed. 10611, 2 dez. 1940, p. 7. Acervo privado da Fundação Gasper Líbero.

O retrato foi publicado no jornal paulista *A Gazeta*, em dezembro de 1940, 65 anos após o falecimento da personagem, e provavelmente foi produzida já nos idos finais de sua vida, devido aos traços da idade apresentados. Os trajes em tons escuros, o cabelo bem penteado e o semblante sério sugerem uma respeitabilidade associada à sua figura como viúva naquele contexto em finais do século XIX. O título que acompanha a reportagem, “A primeira jornalista do Brasil”, é instigante e o texto também, pois afirma que “há tempos que demos um resumo biográfico de d. Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, a primeira mulher brasileira que praticou o jornalismo no Brasil” (*A Gazeta*, n. 10611, 2 dez. 1940). As palavras indicam que o *Jornal das Senhoras* foi considerado o precursor da profissionalização das jornalistas no Brasil. O nome de Violante, de fato, foi muito importante na progressão da profissão aberta às mulheres, bem como para compreendermos as transformações que as folhas passaram à medida que as décadas passaram.

O trabalho desenvolvido por Joana Manso e Violante Atabalipa à frente do *Jornal das Senhoras* foi o pontapé para que outras iniciassem a carreira jornalística. Algumas, buscando trabalho como colaboradoras esporádicas das páginas diárias sob a redação masculina, muitas

vezes sem conseguirem a remuneração necessária. Outras, por sua vez, optando pelo lançamento de seus próprios jornais ao longo das décadas de 1860 e 1870, como sucedeu com o *Bello Sexo*, à cargo de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, *O Sexo Feminino*, à cargo de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, *O Domingo*, à cargo de Violante Atabalipa e o *Echo das Damas*, à cargo de Amélia Carolina da Silva Couto, já na década de 1880, *A Família*, à cargo de Josephina Álvares de Azevedo, trazendo mudanças significativas nas práticas profissionais adotadas nesse contexto de virada do século.

Um ponto que merece consideração sobre as trajetórias das mulheres que ocuparam o jornalismo nas quatro décadas do século analisado, trata do lugar ocupado por elas na sociedade. Não eram mulheres comuns que transitavam pelas ruas em busca do sustento, mas também estavam longe de serem ricas. A intelectualidade delas foi o fator crucial para suas ascensões, propiciando acesso a espaços que tinham o letramento como ponto de partida. Ao mesmo tempo, elas necessitavam de trabalho para dar conta de suas despesas, muitas fizeram dívidas, venderam os seus livros, móveis; outras mudaram constantemente, provavelmente devido aos preços de aluguel ou a localidade de trabalho. Com essas constatações não foi difícil encontrar as razões sobre as dificuldades da progressão delas no jornalismo, que não propiciava o retorno financeiro necessário. Indo além, era inimaginável pensar a ascensão delas “num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las” (Schienbinger, 2001, p. 37).

Ao inaugurar o *Bello Sexo*, em 1862, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar se colocava no jornalismo com o aval de seu marido, Joaquim Bernardino da Costa Aguiar. O jornal teve vida efêmera, provavelmente devido a problemas de saúde que levaram ao óbito precoce da redatora, porém traz indícios sobre as formas que muitas encontraram para o exercício do jornalismo, sendo uma delas o apadrinhamento masculino. Júlia tinha propensões intelectuais para a escrita e por muito tempo, devido as funções com o matrimônio e o cuidado dos filhos, não conseguiu tempo para a escrita, aqui compreendida como trabalho. Nas poucas edições existentes do jornal, encontramos um texto assinado pelo marido, em que ele reforça tudo isso.

Tendo por vezes encontrado em minha esposa propensões e dedicação para a vida publicista não trepidei em acabá-la de instruir na gramática nacional do pouco ou nada que aprendi, para deixá-la seguir nas suas mais caras esperanças[...]. Mais tarde abandonei, a seu pesar, vida afanosa do publicista, porém fui de novo obrigado a abraçá-la como simples caixeiro gerente do periódico *A Formiga*. Então minha esposa concebendo a ideia de apresentar-se um dia como escritora começou por apresentar-me manuscritamente uma folha com o título *A Formiguinha* onde li os seus desejos, e para onde coligi os martírios porque passou quando concebia um plano (pobre!) Sem esperança de vê-lo realizado. Propus incumbir-me, na qualidade de um gerente, de levar a efeito os seus sonhos [...]. Limitar-me-ei a servir como mentor e conselheiro até que minha esposa adquirindo a prática necessária dispense-me essa tarefa (*Bello Sexo*, n. 1, 21 ago. 1862).

O curioso é como o uso do diminutivo na escolha do manuscrito de Júlia de Albuquerque, *A Formiguinha*, traz consigo uma bagagem pejorativa sobre as desigualdades de gênero. O título coloca o seu trabalho como inferior ao do seu marido, aquele que era de fato o profissional, o

detentor de autoridade para a escrita jornalística. Essas mulheres necessitaram ocupar esse espaço de forma tímida, sem qualquer pretensão por uma igualdade em um trabalho que era monopólio masculino. Ainda que almejassem uma transformação social que propiciasse o amplo acesso feminino nos jornais, elas precisaram estabelecer algumas estratégias que viabilizassem que fossem lidas e aceitas gradualmente.

A mineira Francisca Senhorinha da Mota Diniz é outra personagem que contou com a colaboração do marido, José Joaquim da Silva Diniz, nas suas labutas intelectuais. Antes de ocupar o jornalismo foi professora, e continuou sendo enquanto era jornalista. Arriscamos dizer que se não fosse o magistério, poucas mulheres teriam adentrado no jornalismo. Francisca Senhorinha e o marido eram professores públicos e particulares ao lado das quatro filhas que tiveram juntos, ou seja, a profissão de jornalista despontou em sua vida como uma consequência das reivindicações que acreditava na ocasião, especialmente aquela relacionada a sua experiência docente na busca por uma educação que propiciasse meios de emancipação feminina, e à medida que atou como tal foi se identificando mais com a profissão.

Quando decidiu pelo lançamento de *O Sexo Feminino*, em 1873, ainda em Campanha, Minas Gerais, Senhorinha contou com a colaboração do marido na busca por uma tipografia para a impressão do jornal. Para essa empreitada, o trabalho foi feito pela tipografia do *Monarchista*, que estava sob a direção de José Joaquim da Silva Diniz. Essa situação evidencia querelas em relação à inserção da professora na imprensa, assim como sucedeu com Júlia de Albuquerque, casos em que os maridos foram os responsáveis pela chegada do jornal no espaço público. Em contrapartida, vale destacar que Francisca Senhorinha e José Joaquim da Silva Diniz residiram em localidades distintas devido aos compromissos com o trabalho alguns anos de suas vidas. Isso deve ser apontado para indicar que, ainda que o apadrinhamento masculino tenha de fato existido, muitas conseguiram traçar seus caminhos profissionais individuais, ressignificando as funções inerentes aos seus papéis de gênero. José Joaquim da Silva Diniz faleceu na cidade de Cataguases, em Minas Gerais, localidade que residiu por questões de trabalho, em junho de 1881, e não no Rio de Janeiro. As informações registram que ele se encontrava na cidade sem a família, esposa e filhas, que não abdicaram de suas obrigações na Corte, tanto com o colégio sob suas incumbências quanto com o trabalho nos jornais.

Um outro caso trata de Amélia Carolina da Silva Couto, personagem que pouco sabemos sobre sua trajetória fora da imprensa. As fontes localizadas indicam que ela acessou o jornalismo ainda solteira, casando-se cerca de um ano depois do lançamento do *Echo das Damas*, em 1879, com José Araújo Couto. O marido foi um grande parceiro no seu empreendimento, contribuindo para que seu nome ficasse conhecido entre os pares de profissão, uma vez que também atuava no ramo como editor, redator e colaborador de periódicos. Juntos, realizaram viagens pelo país com o intuito de divulgar o negócio, estabelecendo permutas em diversas cidades, uma novidade até então. As propagandas foram, e ainda são, o principal meio de angariar recursos na imprensa. Através delas são estabelecidos contratos sobre a divulgação de serviço ou produto em troca de pagamento. As mulheres que antecederam Amélia Carolina no jornalismo não

tinham recorrido as propagandas como estratégia lucrativa. Os poucos anúncios que encontramos estiveram relacionados a estabelecimentos de modas ou instrução, coincidentemente os principais temas publicados e defendidos por suas redatoras.

Ao lado do marido José Araújo Couto, Amélia Carolina organizou viagens para outras localidades do país, interessando-nos especialmente aquelas que fez para a região Sul. Por lá, buscou aumentar a circulação do *Echo das Damas*, mas também fechar contratos para a divulgação no jornal. Ao chegar nas cidades, a jornalista se acomodava e visitava escritórios de imprensa, tipografias, associações literárias e comércios locais, tudo isso provavelmente agendado previamente. A trajetória de Amélia em busca de uma consolidação nesse universo de trabalho lança luz a um tema que nos interessa: como essas mulheres iniciaram no mercado capitalista para além de seus anseios sobre a emancipação feminina? Ou seja, como traçaram acordos propagandísticos e empreenderam negócios que valorizassem e propiciassem retorno financeiro por suas ambições profissionais?

Os caminhos traçados na profissionalização jornalística: mulheres que buscaram a remuneração pelos seus serviços

Por muito tempo as pesquisas produzidas na Academia trataram apenas do acesso de mulheres na imprensa para reivindicarem seus direitos, dando início ao incipiente feminismo que se consolidou no final do século XIX com o movimento sufragista. No entanto, uma questão que jamais foi pensada é sobre suas ambições remuneratórias em busca de dinheiro, especialmente estando elas inseridas em um modo de produção capitalista. Os caminhos percorridos no jornalismo por mulheres não foram fáceis, ainda que muitas tenham conseguido arcar com as despesas de produção e circulação de seus jornais, a grande maioria teve trajetórias efêmeras e repletas de dificuldades para dar continuidade aos negócios. Outras gastaram dinheiro do próprio bolso e muitas enfrentaram descrenças públicas de seus pares de profissão.

Ainda na década de 1880, Amélia Carolina da Silva Couto buscou caminhos para modernizar o *Echo das Damas*, e um dos principais foi a tentativa de transformação do jornal em uma publicação diária com investimento em maquinário estrangeiro. Segundo noticiado, "o *Echo das Damas* passará a ser publicado diariamente no próximo mês de abril em diante, para o que já fizemos a encomenda de *New York* do material necessário. São encarregados dos negócios dessa folha em *New York*, os senhores *Dumont & C.*" (*Echo das Damas*, n. 50, 14 jan. 1888. Grifos nossos). Além disso, ela também buscou ampliar o leque de propagandas anunciadas na folha, o que contribuiu para um aumento de capital que pudesse manter os gastos básicos necessários a circulação e suas despesas.

De maneira similar, Josephina Álvares de Azevedo mantinha em circulação o jornal *A Família*, inaugurado no ano de 1888 em São Paulo e transferido para o Rio de Janeiro em seguida, na edição número 24, em 18 de maio de 1889. Nesse momento, encontramos jornais com propostas parecidas circulando, o que leva a indagações quanto à concorrência. Isso pôde ser

levantado ao constarmos que Amélia e Josephina jamais mantiveram relações ou trocas na imprensa, em que nenhuma divulgação do jornal uma da outra apareceu como referenciada nas edições que temos preservadas. Ao pensarmos a sociedade capitalista e seus desdobramentos, não é estranho aprofundarmos no debate sobre a concorrência na circulação desses jornais, em que as redatoras muitas vezes estavam disputando pelo mesmo público e, indo além, com poucos leitores e leitoras. Logo, as suas trajetórias profissionais em busca da consolidação de seus nomes carregam também uma História de conflitos. Ao falarmos sobre reivindicações por direitos e acesso igualitário a determinados espaços, muitas vezes pode parecer um discurso feminista utópico de que estamos falando por todas — sabemos bem que isso nunca aconteceu, e em finais do século XIX não seria diferente.

Ao inaugurar *A Família*, a redatora-chefe não buscava apenas que sua voz fosse ouvida, mas uma maior adesão à suas ideias e propostas. Josephina Álvares Azevedo, assim como Amélia Carolina Couto, empreendeu viagens para outras províncias com o objetivo de divulgação de *A Família*, e seguiu caminho geográfico oposto de sua companheira de profissão, locomovendo-se até a região Norte. No Ceará, a *Tribuna Commercial* noticiou:

DISTINTA JORNALISTA: Recebemos ontem a honrosa visita da primorosa e ilustrada escritora a Exma. Sra. D. Josephina Álvares de Azevedo. [...] *A Família*, o jornal tão criteriosamente redigido pela inteligente e amável colega, é colaborado pelas Exmas. Sras. DD. Anália Franco, Maria Amélia de Queiroz, Emiliana de Moraes, Maria Zalina Rolim, Adelaide Barros, Luiza Thienpont, Alzira, Renotte e Maria Ramos, bastante conhecidas nos nossos centros literários como distintas escritoras. A primorosa colega anda em propaganda de seu tão útil jornal, o que patenteia perfeitamente quanto ela é incansável pela santa cruzada da educação feminina, não se satisfaz com o pesado encargo de redatora de *A Família*, e ainda quis mais o de propagadora. Cumprimentando respeitosamente a amável colega, agradecemos-lhe a delicada visita, desejando que a sua espinhosa missão seja coroada dos melhores resultados. (*A Família*, n. 41, 7 dez. 1889. Grifos nossos.).

Algumas ponderações são necessárias. A primeira ao fato de já indicar algumas mudanças na designação profissional como jornalista. É muito difícil precisarmos quais conversas aconteceram entre Josephina Álvares de Azevedo e a redação cearense. No entanto, é possível aferirmos que os colegas tinham conhecimento da proposta editorial e dos nomes das escritoras que colaboravam nas páginas de *A Família*. Eles fizeram questão de destacar a distinção das colaboradoras, ao lado da redatora principal, que havia ido pessoalmente a província para a divulgação do seu trabalho.

Josephina Álvares de Azevedo foi a única que conseguiu de fato transformar seu jornal em uma empresa capitalista em 1891, ao lado de sua companheira das lides jornalísticas, Ignez Sabino, circunstância que criou a Companhia Imprensa Familiar. Tanto Amélia Carolina da Silva Couto quanto todas as outras jornalistas desse século encerraram as atividades como proprietárias individuais e com grandes adversidades no cumprimento de suas funções na publicação periódica. As adequações ao modelo hegemônico pelas mulheres foram se dando aos poucos, sobretudo no que diz respeito às ambições feministas por acesso à profissionalização.

Nas décadas finais do Oitocentos, os grandes jornais, como *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e outros, antes de propriedade particular, transformaram-se em sociedades anônimas e comanditárias. Estas, agora, funcionavam mediante um objetivo único - o lucro. Os acionistas não eram apenas jornalistas, mas pessoas interessadas em um investimento que proporcionasse retorno financeiro. As empresas jornalísticas transferiram-se para grandes prédios e contavam com um quadro pessoal diversificado para dar conta das notícias. Segundo Gabriela Nery (2022, p. 4), “a gradativa mudança ocorrida nesse processo, então, resultava da formação do chamado jornalismo noticioso e da especialização da produção da notícia, ambos frutos da reestruturação dos veículos de imprensa como empresas”. Com esse novo mercado instaurado nas ruas do Rio de Janeiro, em que o comércio da notícia mobilizava amplos setores, não é de estranharmos que as mulheres também ocupassem esse espaço. A própria Amélia Carolina da Silva Couto já vinha investindo nos anúncios em seu jornal e na transformação de suas publicações sobre as conquistas femininas em notícia. Desde 1850, com a aprovação do Código Comercial, a atividade mercantil no país se expandiu significativamente, criando uma legislação inédita que possibilitou de forma legal a constituição de sociedades anônimas.

A região central do Rio de Janeiro, nas imediações entre a Praça XV e a Rua do Ouvidor, consolidou um verdadeiro mercado das letras, reunindo escritórios, cafés, bibliotecas, tipografias, livrarias, estabelecimento de material gráfico e outros. Foi ali que o jornal *Gazeta de Notícias* surgiu em 1875, e desde então obteve notório sucesso entre investidores acionistas. Quase duas décadas depois de profusas transformações nesse mercado, Josephina de Azevedo e Ignez Sabino resolveram inscrever seu empreendimento na Junta Comercial do Rio de Janeiro, circunstância em que o jornal *A Família* circulava desde 1888. Agora, juntas, essas mulheres almejavam ampliar não só a circulação do jornal, mas também seu capital, investindo em insumos para produção, impressão, pessoal e, quem sabe, a compra do seu próprio prédio.

A Companhia Imprensa Familiar foi criada em 16 de abril de 1891 como uma sociedade anônima com capital de trinta contos de réis (30:000\$000), o mesmo da *Gazeta de Notícias* nos idos de 1875. A década de 1890 foi aquela com o maior número de criação de sociedades anônimas. Logo, a criação da Companhia Imprensa Familiar não ocorreu de forma isolada, mas imersa num movimento de reestruturação do capital jornalístico no Rio de Janeiro. A proposta de criação da empresa seguiu um projeto familiar, como bem indicado no nome inscrito na Junta Comercial. As duas jornalistas, Ignez Sabino e Josephina de Azevedo, e seus respectivos maridos organizaram o negócio, desde o projeto intelectual de criação gráfica com as publicações feministas até as burocracias inerentes à administração e finanças da empresa, que ficavam a cargo dos seus companheiros. A decisão de dar esse passo rumo à profissionalização jornalística provavelmente saiu de dentro de ambas as casas, em que Josephina de Azevedo e Ignez Sabino Pinho obtiveram o apoio de seus maridos.

A presidência ficou a cargo de Ignez Sabino Maia, que para assumir o posto oficialmente necessitou apresentar uma autorização assinada pelo seu marido. A figura da escritora e colaboradora Sabino é um impasse. O seu nome foi uma constante no *Echo das Damas* e n’A

Família, constituindo uma colaboração com ambos os projetos. Ao longo do ano de 1888, apareceu no cabeçalho do *Echo das Damas* como uma colaboradora, e nesse ano não há qualquer menção ao seu nome nas páginas de *A Família*, quando ainda circulava em São Paulo. Já no ano seguinte, em 1889, Ignez Sabino não só iniciou a colaboração junto a Josephina Álvares de Azevedo após a transferência do periódico para a capital, como se tornou sua companheira nas lides jornalísticas. O nome de Sabino é a única ligação que existe entre Amélia e Josephina, o que pode indicar que se conheciam, apenas não mantiveram relação entre seus projetos na imprensa.

Já Josephina Álvares de Azevedo permaneceu como redatora de *A Família*, o qual recebia o ordenado anual de três contos de réis (3:000\$000), o mesmo estipulado para a diretoria. Segundo o artigo 32 do estatuto de criação da Companhia Imprensa Familiar, “fica desde já nomeada pelo prazo de cinco anos para o lugar de redatora chefe a Exma. Sra. D. Josephina Álvares de Azevedo, ficando essa com plenos poderes na parte referente a seção jornalística” (Companhia Imprensa Familiar, 1891, Livro 56). As decisões relativas às publicações ficaram integralmente sob o comando da idealizadora da folha, o que garantia a ela liberdade na escolha das publicações e continuidade na luta pelas demandas feministas, sobretudo no que se refere ao direito de votar, que na década de 1890 era um dos temas mais recorrentes nas publicações.

Os nomes dos principais acionistas não necessariamente eram de jornalistas ou profissionais do ramo; pelo contrário, foram de investidores capitalistas que buscavam aplicar dinheiro em negócios lucrativos, e o jornalismo era um deles. É muito possível que Josephina e Ignez Sabino tenham feito uma mobilização em busca de acionistas, com a ajuda de seus maridos, seja em conversas com investidores do meio mercantil ou nas relações estabelecidas na imprensa diária. Dos 34 nomes localizados na documentação, nada mais que 26 são homens. Isso porque consideramos as iniciais M. R. Oliveira Real, D. F. A. Pacheco, A. J. Machado Pereira e A. R. Diniz como possibilidades de nomes masculinos ou femininos, sobretudo de mulheres que não quiseram assinar publicamente como sócias, preferindo o sigilo com as iniciais. De forma declarada, Ignez Sabino Pinho Maia e Josephina Álvares de Azevedo foram as únicas mulheres acionistas da empresa, sendo a última aquela que detinha o maior número de ações (43).

Josephina Álvares de Azevedo tinha objetivos específicos com a criação da empresa, que surgia como reflexo de seu trabalho à frente de *A Família*. Era importante para ela manter um papel decisivo dentro da sociedade, que não deixasse de lado as demandas feministas nos seus anseios profissionais. Ainda que as ambições dos acionistas vez ou outra direcionassem o trabalho, seja na escolha de dado material gráfico ou nas propagandas que seriam anunciadas, que eram pontos centrais para o retorno financeiro esperado. Prova disso são os artigos aprovados em conselho, os quais merecem destaque dois: “\$4º Promoverá uma inovação no sistema de trabalho, contratando meninas para aprenderem a arte tipográfica e congêneres e \$5º Inaugurará, quando a diretoria o julgar oportuno, um salão para exposição de trabalhos artísticos, exclusivamente femininos” (Companhia Imprensa Familiar, 1891, Livro 56). A defesa dos aprendizados tipográficos para meninas seguia a lógica de uma das suas reivindicações: o

acesso do sexo feminino ao aprendizado em igualdade com os meninos desde a infância, passando pela juventude, até a vida adulta; em que o sexo não seria fator determinante para a escolha da profissão. Já a criação de um salão para exposições se assemelha ao que existia em outros escritórios de jornais da Capital Federal, porém com a diferença de que agora os trabalhos femininos seriam devidamente valorizados.

Não podemos desconsiderar que o retorno financeiro obviamente era almejado por Josephina Álvares de Azevedo e pelas muitas outras que dedicaram seus dias à escrita, produção e redação de periódicos lançados ao longo do Oitocentos. Todavia, é impossível, nesse contexto até as suas últimas décadas, conseguirmos levantar os lucros ou salários reais obtidos. Primeiramente devido ao fato de que, como vimos, muitas investiram dinheiro do próprio bolso sem qualquer retorno para manter as ideias emancipacionistas em circulação. Além disso, ser empregado em redações de jornais diários ainda não era uma prática comumente aceita. Essas mulheres, ainda que tenham sido colaboradoras, possivelmente não receberam remuneração adequada relativa à identificação da categoria dentro da profissão, o que fez com que muitas transitassem por outros espaços.

No Estatuto de Criação da Companhia Imprensa Familiar foi fixado o prazo de duração em 15 anos, a contar da data de instalação, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação das sociedades anônimas em vigor, indicando que as proprietárias acreditavam no sucesso da empresa. Frustração que veio 11 meses depois. Passado nem um ano da sua criação, a empresa foi extinta. Há várias explicações para isso, e entre elas o que nos interessa é compreender as dificuldades colocadas no exercício da profissão, em posições de decisão, para mulheres. O pagamento para a criação da empresa não era equivalente ao valor total (30:000\$000); apenas uma parte foi depositada no banco da bolsa. Logo, era necessário o recebimento da porcentagem restante. Além disso, os investimentos em contratação de maquinário, pessoal e serviços desembolsaram valores altos, que dificilmente apresentavam retorno financeiro imediato, necessitando um sucesso nas vendas não só do jornal *A Família*, mas dos outros serviços ofertados pela companhia, que iam desde materiais de escritório a produção de gravuras e impressão. *A Família* sozinho provavelmente não conseguiu o retorno suficiente para os pagamentos das despesas e para proporcionar o lucro esperado pelos investidores.

Alguns exemplos podem ser dados para demonstrar as dificuldades que a empresa vinha passando. O primeiro foi a exoneração, em maio de 1891, de um dos membros do conselho fiscal. Na ocasião, a diretoria optou por não preencher sua vaga pois “achava suficiente para fiscalização da companhia os fiscais existentes, julgando fazer com isso alguma economia” (*A Família*, n. 105, 4 jun. 1891). Outra situação aconteceu em agosto do mesmo ano, em que a folha anunciou a diminuição dos salários da diretoria e da redatora, em que foi noticiado: “em reunião de diretoria e de acordo com a Exma. D Josephina de Azevedo, que imediatamente acedeu ao que propomos, resolvemos diminuir os nossos ordenados de 250\$000 mensais a 100\$ até o mês de março do ano próximo vindouro” (*A Família*, n. 115, 29 ago. 1891).

Com a extinção da sociedade anônima foi necessária a convocação de uma assembleia para que fossem acertadas algumas questões referentes ao pagamento de credores e das dívidas. Com um plano de negociação pronto, Josephina Álvares de Azevedo apresentou aos acionistas uma proposta em que ficaria sob sua incumbência todas as responsabilidades inerentes ao jornal, do material de escritório até as dívidas vigentes, que não eram poucas. Para o ano de 1892 existem poucas edições preservadas da circulação de *A Família*, possuindo a Biblioteca Nacional a guarda de apenas sete. Não há como afirmarmos precisamente que nesse ano não tenha sido lançada outra edição. No entanto, é possível inferirmos que as dificuldades com a regularização da circulação do periódico após a falência da Companhia Imprensa Familiar impossibilitaram Josephina Álvares de Azevedo de garantir a periodicidade da folha. Era necessário organizar a casa para dar seguimento ao trabalho jornalístico de que a redatora não estava disposta a abrir mão, retornando com as responsabilidades para si. O jornalismo despontava como seu ofício, mesmo diante dos óbices para dar seguimento às transformações intrínsecas à profissionalização.

Um outro caminho para pensarmos a profissionalização e suas dificuldades é buscar mulheres que atuaram dentro dos grandes jornais, como trata o caso de Corina Coaracy. Ela não produziu nada na imprensa feminina vista até aqui, nem ao menos lançou seu próprio jornal. Ao contrário, desde nova iniciou a carreira junto a seu pai, que redigiu jornais com circulação no Rio de Janeiro na década de 1870 - *Ilustração do Brasil*, *South American Mail* e *Ilustração Popular*, sendo esse último aquele que ela própria assumiu como redatora entre os anos de 1876 e 1877. A sua trajetória dá luz a uma série de problemáticas relacionadas a questão do gênero e a profissionalização intelectual de mulheres. Isso porque ela fornece uma gama de informações sobre as dificuldades de acesso feminino ao espaço dos jornais, inclusive ao fato de que ela se colocava como contrária aos discursos da emancipação feminina pregada pelas suas colegas. Segundo suas palavras: "É o século da emancipação da mulher. Insensatos! O que fizeram das virtudes? Onde ireis buscar as vossas esposas, as mães dos vossos filhos? Nos bancos da academia? Por certo que não, porque, apesar do que dizeis, tendes horror à mulher-homem" (*Ilustração Popular*, n. 36, 9 jun. 1877).

As palavras foram escritas quando Corina gozava de apenas 18 anos e trabalhava sob influência de seu pai, Carlos Alberto Francisco de Vivaldi. Assim, é importante compreendermos o contexto em que ela produziu essa opinião para não cometermos anacronismos sobre a sua posição contrária as incipientes ambições femininas colocadas naquela época. A sua própria experiência como jornalista, ocupando esse espaço e conseguindo legitimação pelos pares, segue a lógica proposta por suas colegas da imprensa – de uma busca pela valorização de seus trabalhos intelectuais e um tratamento em igualdade dentro desse mercado de trabalho. Corina trabalhou ao lado de seu pai até 1880, colaborando com textos para a *Ilustração do Brasil*, que encerrou as atividades no mesmo ano que Corina se casava com Visconti Coaracy, um personagem inscrito no mesmo círculo intelectual que ela.

Nesse contexto de finais do século XIX e início do século XX é importante ressaltar a mudança no discurso jornalístico, que impactou diretamente nas produções femininas ao abordar agora assuntos cotidianos. Muitas mulheres almejavam a entrada nas redações dos grandes jornais, algumas nem mais colocavam como prioridade as pautas feministas. Algumas, como a própria Corina Coaracy, agora começavam a se dedicar à função de publicar textos informativos para os jornais diários. Por isso, é importante analisarmos como muitas se desassociaram de suas reivindicações para adentrarem na imprensa. O caso de Coaracy é emblemático porque seu discurso é ambíguo em algumas situações, em que localizamos ela questionando o tratamento recebido por seus colegas de redação pelo fato de ser mulher posicionando-se diferentemente do que acreditava na década de 1870.

O acesso feminino aos grandes jornais era ínfimo em comparação com o masculino, poucas foram aquelas que conseguiram compartilhar o dia a dia das redações com seus companheiros de profissão. E, indo além, menos ainda aquelas que obtiveram reconhecimento por seus trabalhos, e Corina é uma delas. Após adquirir experiência ao lado de seu pai, trabalhando nas redações dos jornais por ele dirigido, Corina recebeu oferta para colaborar junto à *Folha Nova*. Na circunstância, ficou a seu cargo a publicação de um folhetim semanal intitulado “Modos e Modas, Usos e Costumes”, que obteve grande sucesso devido ao seu tom leve e descontraído. A publicação seriada teve início em 9 de setembro de 1884 e finalizou em 2 de março de 1885, o equivalente a seis meses de trabalho. Os motivos que levaram ao término da publicação estiveram associados a falência da empresa jornalística e os sucessivos problemas financeiros no cumprimento de suas obrigações.

A última publicação localizada n’A *Folha Nova* é do dia 2 de março de 1885, e nesta não consta qualquer informação sobre encerramento da série. Os indícios apontam que a publicação foi um sucesso, já que se tornou comum receber cartas de leitoras que narravam suas experiências e buscavam conselhos com a jornalista, seja com questões vinculadas a educação dos filhos ou com comentários sobre as crônicas. Isso comprova que o término não aconteceu por conta do fracasso da publicação, e sim por inconveniências gerenciais de circulação do jornal. Corina estava há algum tempo sem receber pelo envio de seus textos, e resolveu interromper o envio. Isso mesmo, o término das atividades aconteceu porque o redator do jornal, Manuel Mancino, não estava cumprindo com suas obrigações quanto aos ordenados.

Em 14 de abril de 1885, o redator escreveu uma carta a Corina pedindo desculpas e encaminhando o equivalente a 10\$000 réis, “saldo das nossas tão curtas relações editoriais e fico a ver se estudo alguma combinação para de novo tentá-la a honrar e amenizar com a sua colaboração as colunas da *Folha Nova*”.⁴ Ela não retornou com a colaboração no jornal, certa estava, uma vez que a remuneração era muito importante para a busca da valorização de seu trabalho. Outro ponto que merece atenção é o valor recebido, considerado pouco para o serviço prestado, já que numa comparação rápida em pesquisas com valores da época localizamos

⁴ Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), Arquivo do Museu de Literatura Brasileira (AMLB), Inventário Corina Coaracy, C. Cy Cp. 7. *Carta de Manuel Mancino para Corina Coaracy*. Rio de Janeiro, 14 abr. 1885.

alguns dados interessantes. À título de exemplo, a assinatura anual do periódico *A Família* custava o mesmo valor. Já o *Jornal do Comércio*, cobrava isso por três meses. Comparando com o valor de artefatos materiais, encontrava-se uma caixa com seis ceroulas de brim, em uma loja na rua da Quitanda, por aproximadamente 18\$000 réis; já um conjunto de alfaiataria masculino era na faixa dos 50\$000 réis.

A partir do ano de 1886, Corina não atuou diretamente em nenhum jornal, provavelmente trabalhava os dias ao lado do marido nas traduções para a editora *Garnier*. Essa era uma atividade comum entre ambos, porém pouco lembrada, já que os recibos vinham todos em nome de Visconti Coaracy.⁵ Normalmente Corina ficava a cargo da língua inglesa e o marido da francesa e outras que aproovessem. Em 1887 necessitou retornar aos EUA para resolver burocracias relacionadas a uma herança deixada por lá, a qual levou como companhia apenas seu filho de 4 anos, Vivaldo. O dinheiro seria muito bem-vindo e contribuiria para que a família Coaracy vivesse de forma mais tranquila. Segundo dados de diário pessoal, iniciado na ocasião da viagem: “Os lotes são 157. Se eu recebesse 25 dólares por cada um ficaria bastante satisfeita! Fiz a conta. Seriam 3.825 dólares se não me engano. O suficiente para endireitarmos a nossa vida”.⁶ A lamentação nas suas palavras demonstra que ela não vivia de forma luxuosa. O seu trabalho era de suma importância para os rendimentos da casa, como confirma também as memórias de seu filho anos depois: “Meus pais estavam longe de ser ricos. Mal se podiam dizer que fossem modestamente remediados. Viviam do produto de seu trabalho e mais de uma vez conheceram dificuldades financeiras” (Coaracy, 1959, p. 66).

Nos EUA, a jornalista aproveitou para assinar um contrato com o *New York Herald*, de James Gordon Bennett, um dos jornais de maior tiragem na cidade de Nova York. O contrato era para uma série de artigos que se comprometia a escrever sobre a situação brasileira naquele contexto de 1888, em que mal sabiam, mas se antecedia aos conturbados movimentos que levaram a Proclamação da República. Essa experiência internacional ampliou seus horizontes no universo da notícia, algo impensável para muitas mulheres. Além de trabalhar junto a redação de um dos jornais mais lidos dos Estados Unidos, ela também vinha recebendo outros convites para compor o quadro pessoal como colaboradora, como trata o caso do *Daily News*. Segundo os relatos de memória de seu filho (*Ibidem*), antes de embarcar rumo ao Brasil, após uma jornada exaustiva e não muito proveitosa nos EUA, Corina esteve pessoalmente no escritório do *Herald* para acertar as cláusulas contratuais do ofício que iria desempenhar, compensando, quem sabe, os valores investidos com a permanência no país. O escritório estava numa excelente localização, formado pela junção da *Broadley*, Sexta Avenida e as ruas 35 e 36, em um grande edifício que congregava o grande número de jornalistas, editores, impressores, tipógrafos e outros funcionários necessários ao bom funcionamento do jornal.

⁵ FCRB, Inventário José Alves Visconti Coaracy, 3 f. VCy Dv 4. *Recibos de serviços de tradução prestados para a Livraria Garnier*. Rio de Janeiro, [s. d].

⁶ FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Dp 3. *Diário de Viagem de Corina Coaracy aos Estados Unidos*. [S. l.], 1887.

Não conseguimos acesso as edições do *Herald* referente aos anos de 1888, 1889 e 1890 para analisarmos as produções de Corina para aquele jornal.⁷ O importante, no entanto, é a provável notabilidade que esse trabalho ocasionou em suas relações profissionais no Brasil, já que em seguida estreou como cronista na *Cidade do Rio*, jornal a cargo de José do Patrocínio. Nessa folha inaugurou a crônica semanal “A Esmo”, um verdadeiro sucesso de circulação, onde escreveu até outubro de 1890. A jornada na folha de José do Patrocínio igualmente rendeu outros frutos, uma vez que no ano seguinte, em 1891, ela estreava como cronista n’*O Paiz*.

Era uma quinta-feira, 28 de maio, a edição número 3319 publicou em sua primeira página um destaque com o título de “CORINA COARACY”, em que a folha anunciava uma boa notícia para os seus leitores. A publicação tratava da entrada da escritora para o quadro pessoal dos jornalistas d’*O Paiz* a partir do dia 1º de junho, colaborando com a crônica semanal publicada aos sábados. O anúncio também indicava que ela se incumbiria “de outros trabalhos diários de nossa folha, fáceis naturalmente de serem reconhecidos, pelo cunho que ela empresta aos seus apreciáveis escritos” (*O Paiz*, n. 3391, 1891). Começava mais um dos seus percursos jornalísticos e ao noticiar que ela não ficaria responsável apenas pela escrita das crônicas, constatamos que sua postura jornalística se diferenciava daquela assumida duas décadas antes. Corina Coaracy escreveu artigos comentando peças teatrais, inclusive posicionando-se como uma militante em prol da valorização do teatro nacional. Criticou continuamente líderes políticos, como o governador Fernando Portela, a política financeira e o encilhamento, descreveu minuciosamente escândalos políticos no Congresso Nacional. Ela até mesmo advertiu a disseminação de informações inverídicas pela imprensa – as quais hoje conhecemos por *fake news* – sobre uma infundada invasão pelos argentinos nos territórios das missões e a possibilidade de uma guerra.

Ao participar dessa organização de trabalho, Corina Coaracy, como de praxe, teve que lidar com descrenças associadas à sua condição como mulher, sendo obrigada a ouvir adjetivações que inferiorizavam seu intelecto. Um exemplo é a carta de Jovino Ayres, um dos redatores de *O Paiz*, sobre algum desentendimento quanto ao conteúdo de uma das suas crônicas. Nas palavras de Jovino Ayres, ele havia se alegrado “vendo-a [Corina] mesmo teimosinha, mesmo cabeçuda e, afinal, tal qual é e deve ser seu [jeito]”.⁸ Ao fim e ao cabo, uma mulher deveria simplesmente abaixar a cabeça para qualquer posicionamento masculino, uma vez que a submissão é uma das características sobre os papéis de gênero atribuídos as mulheres. Corina, porém, respondeu a altura o colega, “Agora digo que como má, suscetível, desconfiada, cabeçuda, caprichosa e pirracenta! Ainda não esqueci a ladainha como ti”.⁹ Ao se caracterizar

⁷ No site da Biblioteca do Congresso tem um compilado de edições preservadas desde seu lançamento no ano de 1842, podendo as edições serem consultadas individualmente. Todavia, finaliza no ano de 1879 e retorna apenas em 1891 (Disponível em: <https://www.loc.gov/item/sn83030313/?st=calendar>. Acesso em: 16 maio 2023).

⁸ FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Cp 1. *Carta de Jovino Ayres para Corina Coaracy*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1891.

⁹ FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Cp 1. *Carta de Corina Coaracy para Jovino Ayres*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1891.

com adjetivos tão pejorativos ela obviamente não estava se vitimizando ou reforçando o que era de fato, mas reproduzindo a forma como muitas vezes foi retratada por seus pares da imprensa. Os dados mostram que ela teve que brigar para manter o prestígio de sua coluna. As adjetivações por ela descritas indicam um padrão comum em desacreditizar mulheres, em que historicamente homens se utilizaram das ditas “fraquezas” femininas, construtos da feminilidade, para justificar as dificuldades delas no exercício de seus trabalhos. Isso contribuiu sistematicamente para um discurso ainda recorrente sobre as distinções do sexo que levam a diferenciação no tratamento.

Além disso, há que se destacar que Corina Coaracy trabalhou até seus últimos dias como jornalista pelo *O Paiz*, quando morreu subitamente perto de completar seus 34 anos. Ela havia viajado sozinha para os EUA para tratar de uma moléstia e levou consigo com uma carta em punho assinada pelo redator do jornal que a autorizava a trabalhar como correspondente de notícias naquele país. O documento funcionava como um aval para frequentar escritórios de imprensa em busca de informações que poderiam ser válidas para a folha brasileira. A sua vida breve dá inúmeros indícios sobre a materialização de uma profissão que vinha sendo reivindicada de maneiras distintas por suas colegas de profissão décadas antes. As trajetórias aqui apresentadas carregam imbricamentos de uma História que caminhou para o processo de feminização da profissão no século seguinte, em que o jornalismo passou a ter mais mulheres do que homens em seus quadros, o que requer uma análise mais detida sobre as novas hierarquias constituídas, em que o gênero permanece como fator determinante de desigualdade.

Conclusão

Pesquisas apontam que, em vários países, o número de mulheres intelectuais e jornalistas cresceu de modo acentuado no decorrer do século XX. Um estudo de 1928, realizado pelo *International Labour Office*, constatou que as mulheres representavam 2,5% na Alemanha, 2% na França, 4,5% na Austrália, 7,7% na Grã-Bretanha e 17% nos Estados Unidos (EUA). Já em 1984, a Organização Internacional do Trabalho listou 21% na França, 31% na Alemanha, 30% no Reino Unido e 35% nos EUA (Eveno, 2003). No Brasil, por sua vez, dados coletados em São Paulo indicam que em 1939 havia apenas 2,8% de jornalistas mulheres com registro profissional; em 1950 o número aumentou para 7%; em 1970 para 10%; em 1980 já se tinha 40,2%; até chegar 1995, quando o número subiu para 69,8%, caminhando rumo a uma feminização da profissão (Cf.: Oliveira; Assis, 2018).

O censo de 2010, por sua vez, indicou que as mulheres representavam 58% dos jornalistas entre 20 e 29 anos, e 64% entre os estudantes em formação universitária — um crescimento acentuado desde o XIX, ocasião em que ainda muito pouco se falava sobre a profissão aberta às mulheres, e tampouco existiam espaços dedicados à formação. As pesquisas indicam que houve uma feminização da profissão, contudo, o fato de hoje termos uma inserção majoritária de mulheres no jornalismo resulta em problemas que as atingem também

proporcionalmente mais. O gênero historicamente tem sido o responsável pelas desigualdades entre homens e mulheres nos mundos do trabalho. O trabalho de *care* (cuidado) sempre foi atribuído às mulheres, em suas mais distintas facetas, sejam elas públicas ou privadas, exercido na casa ou fora dela, gratuito ou remunerado, isso tudo relativo às questões de amor, afeto e como ponto natural e característico do sexo feminino. Segundo um estudo realizado em 2017, o gênero no jornalismo tem prejudicado as relações de diálogo, produzido formas específicas de estresse e tem efeito negativo sobre as chances de ascensão profissional e econômica, com muitas ainda recebendo salários menores do que seus companheiros e ocupando postos fora da gerência.¹⁰

No século XIX, época em que os moldes vitorianos organizavam o mundo ocidental, qualquer transgressão a essa ordem era prontamente ridicularizada. A imagem que iniciamos a discussão, por exemplo, ilustra uma mulher que para ser considerada como jornalista necessitou se masculinizar não apenas nos trajes, mas também nas suas práticas, sendo vista pelo imaginário da época como uma aberração. A profissão ainda era majoritariamente masculina. Aquelas que almejavam seguir na carreira não tinham as mesmas condições que os homens para uma dedicação efetiva, muitas não conseguiram o “espaço todo seu” para a realização de seus trabalhos (Cf.: Woolf, 2014). Uma estratégia inicial foi o acesso pela escrita de temas considerados femininos, como trata o caso das modas e da educação, associados nas páginas do *Jornal das Senhoras* e *O Sexo Feminino* respectivamente. Seguidamente, vinculado ao tema da emancipação, as novas publicações encabeçadas por mulheres aos poucos buscaram meios de se adequarem à imprensa diária, sobretudo no seu caráter informativo e propagandístico, e o exemplo que mais se assemelha talvez seja o *Echo das Damas* sob a redação de Amélia Carolina da Silva Couto.

O dia a dia da notícia nas décadas finais do século XIX era organizado pelos temas políticos, especialmente a mobilização pelo movimento abolicionista e republicano. Assim, as jornalistas que ocuparam a imprensa a partir da década de 1870, como Francisca Senhorinha, Amélia Couto e Josephina Álvares, não demoraram a escrever sobre os debates então colocados. Algumas se posicionando abertamente contra a escravidão, outras de forma mais tímida, porém todas buscando um diálogo com as discussões presentes nos jornais de grande circulação, bem como trazendo o caráter informativo da notícia para os seus textos. A criação da Companhia Imprensa Familiar, por sua vez, é a materialização de uma profissionalização do trabalho. Josephina Álvares de Azevedo, por exemplo, após a falência da sociedade anônima, pela primeira vez anunciou seu nome como jornalista no *Almanack Laemmert* (1893, p. 268), que funcionava como um catálogo de prestação de serviços. Isso indica que a experiência com a companhia contribuiu sobremaneira para que enfim ela pudesse se identificar profissionalmente. Já Corina Coaracy ampliou as possibilidades ao trabalhar lado a lado dos grandes nomes da imprensa de sua época, porém não sem enfrentar descrenças. A acesso feminino na profissão em si não

¹⁰ Para saber mais, ver o site *Mulheres no Jornalismo* (Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 27 maio 2023).

trouxe a igualdade de condições, mas novos marcadores sociais criados para ditar a ordem patriarcal de funcionamento no mundo do trabalho.

Referências

Fontes - Periódicos

A Família, Rio de Janeiro, 1888-1897.

Bello Sexo: Periódico Religioso, de Instrução e Recreio, Noticioso e Critico Moderado, Rio de Janeiro, 1862.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 1887-1902.

Echo das Damas: Orgão dedicado aos interesses da Mulher, Rio de Janeiro, 1879-1888.

Folha Nova, Rio de Janeiro, 1882-1885.

Jornal das Senhoras, Rio de Janeiro, 1852-1855.

O Domingo: Jornal Litterario e Recreativo, Rio de Janeiro, 1873-1875.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1884-1930.

O Sexo Feminino, Rio de Janeiro, 1873-1889.

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro (AN-RJ)

AN-RJ. Ano 1892. Livro 66, registro 1743. Junta Comercial. *Sociedade Anônima Companhia Imprensa Familiar*.

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) - Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB)

FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Cp 1. *Cartas entre Corina Coaracy e Jovino Ayres*. Rio de Janeiro, 1891.

FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Cp 7. *Carta de Manuel Mancino a Corina Coaracy*. Rio de Janeiro, 1885.

FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Ct 1. *Carta de Jovino Ayres a destinatário não identificado (credencial Corina EUA)*. Rio de Janeiro, 1891.

FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Dp. *Diário de viagem de Corina Coaracy*. Rio de Janeiro, 1887.

FCRB, AMLB, Inventário Corina Coaracy, C. Cy Pim. *Produção na imprensa de Corina Coaracy*. Rio de Janeiro, 1884-1885.

FCRB, Inventário José Alves Visconti Coaracy, VCy Dv 4. *Recibos diversos Visconty Coaracy*. [S. l.], 1887-1889.

Bibliografia

- BERROCOSA, Soledad Soria. Invisibles, oubliées, émancipées: Les femmes journalistes françaises avant l'heure. *En Feminismo/s*, n. 34, p. 53-77, dez. 2019.
- BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.
- COARACY, Vivaldo. *Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- EVENO, Patrick. Les médias sont-ils sexués? Éléments pour une gender history des médias français. *Le temps des médias*, n. 1, p.162-163, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOBO, Luíza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Niterói (RJ), v. 9, n. 2, p. 47-74.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *Ano Biográfico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan-jun. 2014.
- NERY, Gabriela. Nós somos os últimos proletários do Brasil: associativismo, imprensa e trabalho no Rio de Janeiro da virada do século (1880-1910). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-21, 2022.
- OLIVEIRA, Michelle Roxo de; ASSIS, Francisco. Mulheres jornalistas, movimento sindical e ações afirmativas de gênero. In: SANTOS, Marli; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa (Orgs.). *Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Cásper Líbero, 2018.
- PERROT, Michele. Qu'est-ce qu'un métier de femme? *Le Mouvement Social*, n. 140 – Métiers de Femmes, p. 3-8, 1987.
- PINSON, Guillaume. La femme masculinisée dans la presse mondaine française de la Belle Époque. *Clio Histoire, femmes et sociétés*, p. 211-230, 2009.
- SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EdUSC, 2001.
- SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EdUSC, 2005.
- THERENTY, Marie-Eve. *Femmes de presse, femmes de lettres: de Delphine de Girardin à Florence Aubenas*. Paris: CNRS Ed., 2019.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.